

Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Normal

Nome

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

CONCESSIONARIA VIARIO S A

Código Ato

Eventos

002

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR CORINTHO DE ARRUDA FALCAO FILHO E KELEN CRISTINA NUNES DE ONOFRE SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 28/07/2020 e arquivado em 28/07/2020


Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

18

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA VIARIO S A

NIRE: 333.0030232-8 Protocolo: 00-2020/113441-1 Data do protocolo: 03/07/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/07/2020 SOB O NÚMERO 00003903628 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCC8D5CB25EE16D0B73A46105840611224DE31F69B1363D46EF3F840D8F55B35

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/18





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0030232-8

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2020/113441-1

03/07/2020 16:33:23

JUCERJA

Último arquivamento:

00003883828 - 17/06/2020

NIRE: 33.3.0030232-8

CONCESSIONARIA VIARIO S A

Boleto(s): 103409354

Hash: 33027E4A-9CBA-4953-A906-3F7C70AD259B

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CONCESSIONARIA VIARIO S A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código
do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

Representante legal da empresa

Nome:	Gb Rio 2004 Publicidade
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	2122212480
E-mail:	gbgb@terra.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	03/07/2020
Data da 1ª entrada:	03/07/2020

Rio de Janeiro

Local

03/07/2020

Data

Últimos Retornos

27/07/2020
20/07/2020
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

CNPJ/MF Nº. 15.440.708/0001-30

NIRE Nº. 33.3.0030232-8

COMPANHIA FECHADA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2020**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 30 de abril de 2020, às 15h00, na sede da Concessionária Viario S.A. (“Companhia”), localizada na Rua Euzébio Almeida, nº. 2.500, Jardim Sulacap, CEP 21.741-172, Rio de Janeiro/RJ.
2. **PRESENÇA:** Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº. 6.404, de 15.12.1976 (“LSA”), constatando-se a presença das acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no “Livro Registro de Presença de Acionistas”.
3. **CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** (i) Os avisos de que tratam os artigos 124 e 133 da LSA foram dispensados, em conformidade com a Lei, pelo comparecimento da totalidade dos acionistas, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124 e parágrafo 4º do artigo 133 da LSA; e (ii) o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram publicados em 20 de março de 2020 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, parte V, páginas 41 a 44 e no Diário Comercial do Rio de Janeiro, páginas 13 a 16.
4. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo e o Sr. Guilherme Motta Gomes, como secretário.
5. **LEITURA DOS DOCUMENTOS:** Dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA, bem como do Relatório dos Auditores Independentes, por serem do conhecimento geral.
6. **ORDEM DO DIA:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019; (ii) deliberar sobre o orçamento de capital da Companhia referente ao exercício de 2020; (iii) deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal e a eleição de seus membros titulares e suplentes; e Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar sobre escolha do Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores e individual dos membros do Conselho Fiscal.

VR/AGO/20/RVL

Página 1 de 5

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br> através do código 82AWI-YCXRN-3SFRZ-QPUW5

página 1 de 6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA VIARIO S A

NIRE: 333.0030232-8 Protocolo: 00-2020/113441-1 Data do protocolo: 03/07/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/07/2020 SOB O NÚMERO 00003903628 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCC8D5CB25EE16D0B73A46105840611224DE31F69B1363D46EF3F840D8F55B35

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/18



CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

CNPJ/MF Nº. 15.440.708/0001-30

NIRE Nº. 33.3.0030232-8

COMPANHIA FECHADA

7. DELIBERAÇÕES: As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram:

7.1. Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA;

Em Assembleia Geral Ordinária:

7.2. Aprovar o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, publicados conforme o item “Convocações e Publicações Prévias” acima, já devidamente auditados pela KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), conforme Relatório datado de 16 de março de 2020;

7.3. Aprovar o orçamento de capital para o exercício de 2020, no valor de R\$ 12.678.448,05 (doze milhões, seiscentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e cinco centavos);

7.4. Nos termos do disposto no artigo 22, “c” do Estatuto Social da Companhia, considerando que há prejuízos apurados nas Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, aprovar a destinação dos resultados ficou prejudicada, não havendo qualquer distribuição;

7.5. Aprovar a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia:

(1) Sr. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO, brasileiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 23.818.436-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 148.195.698-13, como membro efetivo e a Sra. **JOSIANE CARVALHO DE ALMEIDA**, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG n.º. 50.890.239-3 SSP/RS e inscrita no CPF/MF sob o n.º. 083.040.867-35, como sua respectiva suplente, ambos com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, n.º. 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP;

(2) Sra. ÉRIKA NATSUMI MATSUMOTO, brasileira, convivente em união estável, administradora de empresa, portadora da Cédula de Identidade RG n.º. 16.153.725 – SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n.º. 086.758.538-23, com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, n.º. 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, como membro efetivo, ficando vago o cargo de membro suplente;

VR/AGO/20/RVL

Página 2 de 5

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br> através do código 82AWI-YCXRN-3SFRZ-QPUW5

página 2 de 6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA VIARIO S A

NIRE: 333.0030232-8 Protocolo: 00-2020/113441-1 Data do protocolo: 03/07/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/07/2020 SOB O NÚMERO 00003903628 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCC8D5CB25EE16D0B73A46105840611224DE31F69B1363D46EF3F840D8F55B35

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n.º de protocolo. Pag. 4/18



CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

CNPJ/MF Nº. 15.440.708/0001-30

NIRE Nº. 33.3.0030232-8

COMPANHIA FECHADA

(3) Sr. **JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA**, brasileiro, convivente em união estável, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 092220672 IFP-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 035.387.987-88, com endereço profissional na Rodovia RJ 124, Km 22, Bairro Latino Mello, Rio Bonito/RJ, como membro efetivo, ficando vago o cargo de membro suplente;

(4) Sr. **GUILHERME MOTTA GOMES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 08740792-0 IFP-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 012.980.057-0, com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, como membro efetivo, ficando vago o cargo de membro suplente;

(5) Sr. **EDUARDO MARQUES DE ALMEIDA DANTAS**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº. 08524540-5 DETRAN – DIC RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 012.185.157-59, com endereço na Av. Almirante Barroso, nº 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro, CEP 20.031-000, Rio de Janeiro/RJ, como membro efetivo e o Sr. **MARCUS VINICIUS FIGUR DA ROSA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº. 4076082851 – SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº. 004.314.410-14, com endereço profissional na Rua Monteiro da Luz, s/nº., Água Santa, CEP: 20745-150, Rio de Janeiro /RJ, como seu respectivo suplente; e

(6) Sr. **PEDRO AUGUSTO CARDOSO DA SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 064474844 - IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 852.270.307-82, com endereço comercial na Av. Almirante Barroso, nº 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro, CEP 20031-000, Rio de Janeiro/RJ, como membro efetivo e o Sr. **FREDERICO GUILHERME LORENTZ OLIVEIRA**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade RG nº 10584804-8, expedida pelo IFP, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.978.887-90 com endereço comercial na Av. Almirante Barroso, nº 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro, CEP 20031-000, Rio de Janeiro/RJ, como seu respectivo suplente; .

Os membros do Conselho de Administração ora eleitos para o mandato de 2 (dois) anos, que se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2022, devendo permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos, declaram ter conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e consequentemente, não estarem incurso em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termos de Posse, Declarações de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivados na sede da Companhia.

7.6. Aprovar a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 19 do Estatuto Social;

VR/AGO/20/RVL

Página 3 de 5

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br> através do código 82AWI-YCXRN-3SFRZ-QPUW5

página 3 de 6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA VIARIO S A

NIRE: 333.0030232-8 Protocolo: 00-2020/113441-1 Data do protocolo: 03/07/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/07/2020 SOB O NÚMERO 00003903628 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCC8D5CB25EE16D0B73A46105840611224DE31F69B1363D46EF3F840D8F55B35

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/18



CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

CNPJ/MF Nº. 15.440.708/0001-30

NIRE Nº. 33.3.0030232-8

COMPANHIA FECHADA

7.7. Em decorrência do disposto no item 7.6. acima, aprovar a eleição dos seguintes membros do Conselho Fiscal da Companhia:

(1) Sr. **MARCIO YASSUHIRO IHA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 17.384.717-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº. 153.066.718-61, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 5º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, como membro efetivo e o Sr. **NILTON SANCHES TETTI**, brasileiro, separado judicialmente, coordenador fiscal, portador da Cédula de Identidade RG nº. 11.766.814-X – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 011.648.698-84, com endereço profissional na Rua Barão de Teffé, nº. 1.300, Jardim Ana Maria, CEP 13208-761, Jundiaí/SP, como seu respectivo suplente;

(2) Sr. **ANDERSON LOPES BRASIL**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 25.440.310-4 inscrito no CPF/MF sob o nº. 154.061.088-83, como membro efetivo e a Sra. **LUCIANA IRENE DE LIMA E SILVA**, brasileira, casada, contadora, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 21932654 – SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº. 157.802.778-00, como sua respectiva suplente, ambos com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP; e

(3) Sr. **LEANDRO FERREIRA GONÇALVES**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 13248531-9 (IFP) e inscrito no CPF/MF sob o nº. 103.469.427-80, com endereço profissional na Avenida Almirante Barroso, nº. 52 – salas 801, 3001 e 3002, Centro, CEP: 20031-000, Rio de Janeiro/RJ, como membro efetivo e o Sr. **LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA COUTINHO**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 118156462 (IFP/RJ) e inscrito no CPF/MF sob o nº. 052.944.307-46, com endereço profissional na Avenida Almirante Barroso, nº. 52 – salas 801, 3001 e 3002, Centro, CEP: 20031-000, Rio de Janeiro/RJ, como seu respectivo suplente, para o mandato de 1 (um) ano, que se encerrará na data da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária de 2021, devendo permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. Os conselheiros fiscais ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante a assinatura do termo de posse lavrados em livro próprio, tendo apresentado previamente à Companhia declaração de que preenchem os requisitos previstos no artigo 162, da LSA, a qual ficará arquivada na sede da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

7.8. Aprovar, conforme atribuição prevista na alínea (b) do artigo 22 do Estatuto Social, a eleição de **EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO** para ocupar a função de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e

7.9. Aprovar a verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), incluindo

VR/AGO/20/RVL

Página 4 de 5

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br> através do código 82AWI-YCXRN-3SFRZ-QPUW5

página 4 de 6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA VIARIO S A

NIRE: 333.0030232-8 Protocolo: 00-2020/113441-1 Data do protocolo: 03/07/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/07/2020 SOB O NÚMERO 00003903628 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCC8D5CB25EE16D0B73A46105840611224DE31F69B1363D46EF3F840D8F55B35

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/18



CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

CNPJ/MF Nº. 15.440.708/0001-30

NIRE Nº. 33.3.0030232-8

COMPANHIA FECHADA

honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Foi, ainda, aprovada a remuneração, para cada membro do Conselho Fiscal, prevista no §3º do artigo 162 da LSA, correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração média de Diretor da Companhia (não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros). Para o exercício social de 2020, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia e aos Membros do Conselho Fiscal, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam à remuneração anual.

8. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Rio de Janeiro/RJ, 30 de abril de 2020. **Assinaturas:** Eduardo Siqueira Moraes Camargo, Presidente da Mesa e Guilherme Motta Gomes, Secretário. **Acionistas: (1) CCR S.A.**, pelo Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo; e **(2) Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR**, pelo Sr. Abel Alves Rochinha.

Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais.

Eduardo Siqueira Moraes Camargo

Presidente da Mesa

Assinado com Certificado Digital ICP Brasil

Guilherme Motta Gomes

Secretário

Assinado com Certificado Digital ICP Brasil

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 25/06/2020

Dados do Documento

Tipo de Documento Ato Societário
Referência VR_AGO_30-04-20_15h00 - DF's 2019-eleição CAD/CF
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 18/06/2020
Validade 30/04/2020 até Indeterminado
Hash Code do Documento 2CECB239482E40CFEB984268DA43CA1B832CB05FEC6D55E1689AC70CCD8136A7

Assinaturas / Aprovações / Aceites

Papel (parte) Aprovador
Relacionamento 02.846.056/0001-97 - CCR S.A.
Representante **Fernanda Fonseca Reginato Borges** **CPF** 218.085.078-60
Ação: Aprovado em 18/06/2020 14:23:42 **IP:** 10.103.237.151
Info. Navegador:

Papel (parte) Secretário da Mesa
Relacionamento 15.440.708/0001-30 - VIARIO
Representante **GUILHERME MOTTA GOMES** **CPF** 012.980.057-01
Ação: Assinado em 18/06/2020 19:32:17 com o certificado ICP-Brasil Serial - 7A938305F75E40B5 **IP:** 10.101.243.93
Info. Navegador:

Papel (parte) Presidente da Mesa
Relacionamento 15.440.708/0001-30 - VIARIO
Representante **EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO** **CPF** 148.195.698-13
Ação: Assinado em 18/06/2020 19:32:25 com o certificado ICP-Brasil Serial - 2158249AAF08B8CD **IP:** 10.102.242.73
Info. Navegador:



Toda assinatura contida neste documento possui carimbo de tempo baseado na Hora Legal Brasileira, emitido pela autoridade de Carimbo de Tempo Qualisign, ACT homologada pelo observatório nacional - ON/MCTI

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): 82AWI-YCXRN-3SFRZ-QPUW5



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br> através do código 82AWI-YCXRN-3SFRZ-QPUW5

página 6 de 6

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

conformidade pela taxa juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baseado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o valor contábil líquido. Os ativos financeiros são avaliados com base no cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil líquido. Os ativos financeiros são avaliados com base na data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data de apresentação, é inferior ao valor contábil líquido, a Companhia reconhece o montante que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chave consideradas estão relacionadas à: (i) crescimento do PIB, os índices que reajustam os preços, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB); (ii) inflação, os índices que reajustam os preços, ao crescimento da inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor em uso e seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto apropriada que reflita o risco de não recebimento e o risco de não realização do valor recuperável no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução do valor recuperável relacionada a ação não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas são reconhecidas no resultado caso o valor contábil líquido seja maior que o valor de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que a perda não tenha sido revertida devido a uma mudança nas estimativas devido a depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **II) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a perda é provável e pode ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas com base no melhor julgamento da Administração. As provisões para impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas com base no melhor julgamento da Administração. As provisões são registradas na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter preventivo, clara e exclusivamente para manter a infraestrutura em condições adequadas de funcionamento técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção planejada para manter a infraestrutura em condições adequadas de funcionamento e passar a ser provisionada à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção para a infraestrutura é baseada no melhor julgamento da Administração. As provisões trazidas a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **III) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões, Custos de empréstimos financeiros, custos de financiamento, custos de financiamento de longo prazo, custos de qualificação são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **K) Benefícios a empregados:** Planos de contribuição definida: Um benefício a longo prazo é uma obrigação da entidade para pagar benefícios futuros em função da entidade paga contribuições fixas para um plano de entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições a longo prazo são registradas no balanço patrimonial como passivos. Os benefícios de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base no saldo de benefícios a longo prazo. Os benefícios de curto prazo são mensurados em base no saldo de benefícios a longo prazo. Os benefícios de curto prazo são mensurados em base no saldo de benefícios a longo prazo. **II) imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% (imposto de renda) e 25% (contribuição social) sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa. Os impostos de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a ativos e passivos para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação

Nota

2a) Classificação de obras de arte/mobílias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)

1a) Amortização dos ativos intangíveis

3a) Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários

4a) Provisão para multas e penalidades

8a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia afetam a determinação dos valores justos dos ativos e passivos financeiros, tais como os valores para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, a Companhia apresenta informações adicionais sobre a determinação dos valores justos. As divulgações nas notas específicas àquele ativo ou passivo, a Caixa e bancos. Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. - Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo método de custo com ajuste de valorização é determinado com base no valor de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras. - Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é o valor de mercado, ou o melhor preço disponível, para o ativo ou passivo financeiro. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Determinação de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta informações sobre os riscos financeiros em função dos seguintes aspectos:

a) **Risco de crédito:** b) **Risco de taxa de juros e inflação;** e c) **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.** A seguir, estão apresentadas as informações sobre a determinação dos valores justos e a gestão dos riscos financeiros, incluindo as políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** A Companhia não possui exposição a riscos de crédito decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como política a seleção criteriosa das contrapartes e a realização de análises de crédito, com definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxa de juros e inflação:** A Companhia não possui exposição a riscos decorrentes ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros futuras, principalmente decorrentes de operações de empréstimo e de sofrer reduções nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros futuras, principalmente decorrentes de operações de empréstimo e de sofrer reduções nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Detalhes dos mesmos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 9, 12 e 18. As tarifas da Companhia são indexadas ao Índice de Preços do Consumidor (IPC) e não ao Índice de Preços do Consumidor Financeiro (IPCF). Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações, a escolha de uma ou outra fonte de recursos para financiar o crescimento do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamento. A Companhia também monitora os indicadores de desempenho para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser encontradas nas respostas às perguntas 1a) e 2a) que seguem.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez: A Companhia não possui exposição a riscos decorrentes de operações de empréstimo ou de derivativos por falhas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no prazo patrimonial até a data contábil de vencimento. Essas

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Devedores (a)	64.554	74.231	92.250	106.809	510.104
(a) Fornecedores e outras contas a pagar	4.130	21			
Multas - partes relacionadas					784.346
Contas a pagar - partes relacionadas					
Total - Devedores		324			
(a) Valores brutos dos custos de transação					
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras					
Caixa e bancos				1.061	1.433
Aplicações financeiras				2.363	9.300
Total - Caixa e equivalentes de caixa				3.424	10.733
Total - Caixa e equivalentes de caixa				2019	2018
Circulante					
Aplicações financeiras					
Fundos de investimentos				95.432	60.390
Total - Circulante				95.432	60.390
As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 96,13% do CDI, equivalente a 5,71% ao ano (98,47% do CDI, equivalente a 6,24% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).					
7. Contas a receber:					
Circulante				2019	2018
Receitas acessórias (a)				63	4
Pedágio eletrônico (b)				5.413	5.099
				5.476	5.113
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)				(3)	(5)
				5.473	5.108
Idade de Vencimentos dos Títulos				2019	2018
Créditos a receber				5.470	5.106
Créditos vencidos até 60 dias				3	2
Créditos vencidos há mais de 180 dias				2	5
				5.475	5.113
(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas para o concessionário e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e (c) A Provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.					
8. Imposto de renda e contribuição social: (a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado e é demonstrada a seguir:				2019	2018
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social				(6.152)	(30.929)
Alíquota nominal				34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal				2.092	10.516
Exeto tributo sobre as adições e exclusões permanentes					
Despesas indutíveis				(82)	(51)
Remuneração variável de dirigentes estatutários				115	(167)
Quotas sociais tributadas				(1)	(3)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidas				2.124	10.297
Alíquota efetiva de impostos				35%	33%

Para validar o documento acesse <http://www.juceria.ri.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo



Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, a companhia e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

2019		2018		2017		2016	
Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
financieiros	financieiros	financieiros	financieiros	financieiros	financieiros	financieiros	financieiros
Valor justo mensurados	Valor justo mensurados	Valor justo mensurados	Valor justo mensurados	Valor justo mensurados	Valor justo mensurados	Valor justo mensurados	Valor justo mensurados
através do custo	através do custo	através do custo	através do custo	através do custo	através do custo	através do custo	através do custo
resultado	resultado	resultado	resultado	resultado	resultado	resultado	resultado
amortizado	amortizado	amortizado	amortizado	amortizado	amortizado	amortizado	amortizado
				Cálculo de efeito de ganho ou perda			
				Efeito sobre as aplicações financeiras			
				Efeito sobre as dívidas			
				Total do efeito de ganho ou perda			
				As taxas de juros consideradas "ampli":			
				COTI =			
				4,48%, 5,50%, 6,60%			
				2) (abaixo, está detalhada a premisa para obtenção das taxas de COTI: 2) Refere-se à taxa de 3,11/2019, pois a partir da B3, (3) Os valores de exposição não contemplam apêndice a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos subsequentes. (4) Os cálculos de estresse contemplam uma redução de 50% (5) Contempla o efeito de redução de 50% no custo de capitalização e não se trata para mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras e o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas.			
				19. Demonstração do fluxo de caixa			
				a. Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. b. Reconciliação das atividades de financiamento			
				Aplicações financeiras			
				Mútuos com partes			
				relacionadas			
				Total			
				Débitos			
				res - conta reserva			
				relacionadas			
				Total			

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **a. Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva.** Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com compra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. **b. Contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar, partes relacionadas e mútuos - partes relacionadas.** Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **c. Débitos mensurados ao custo amortizado.** Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apontados seriam os seguintes:

2019		2018		
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Débitos (a) (b)	634.471	709.908	642.693	726.093

a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação. b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de Valor Justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acessadas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pre-Di). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

20. Eventos subsequentes: Coronavírus

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram a grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção, de incerteza e dos efeitos de caixa operacionais, não é suficiente para garantir a continuidade das operações, podendo ocorrer reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável nos ativos da Companhia, principalmente, relacionado à realização de contas a receber, recuperabilidade do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa

Nível 2:

Aplicações financeiras e conta reserva

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas em relação a premissas e dados de entrada. A Companhia realizou análises de sensibilidade para revisar regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo está demonstrado o valor resultante dos juros sobre o contrato de débitos com taxas fixas por um horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

O Conselho Fiscal da Concessionária ViaRio S.A., no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados, considerando as informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, manifesta-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, que estão em condições de serem votadas pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Paulo Yukio Fukuzaki

São Paulo, 16 de março de 2020.
Enika Natsumi Matsumoto

Leandro Ferreira Gonçalves

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ass. com Base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas na determinação do lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social devidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras sumariadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de falsos controles internos, contos, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Fernanda Tessari
Contador CRC ISP-252905/O-2

Id: 2244264



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA VIARIO S A

NIRE: 333.0030232-8 Protocolo: 00-2020/113441-1 Data do protocolo: 03/07/2020

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 28/07/2020 SOB O NÚMERO 00003903628 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCC8D5CB25E16D0B73A46105840611224DB31F69B1363D46EF3F840D8F55B35

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 12/18

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

[illegible]

estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) em 07/09/2016.

n) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas: A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2019, as seguintes normas – **CPC 06 (R2) - Arrendamentos**: o CPC 06 (R2) substituiu as Normas Brasileiras de Contabilidade relativas aos contratos de arrendamento mercantil e os procedimentos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único para reconhecer e medir o ativo e o passivo decorrentes dos contratos de arrendamento, reconheceu um novo tipo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e para ativos de baixo valor. A Companhia não possui nenhum contrato de arrendamento com características diferentes ao exercido em 31 de dezembro de 2019 em função da adoção do CPC 06 (R2). - **I CPC 22 - Incerteza sobre Transações de Impostos sobre o Lucro**: Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração de provisões para incertezas tributárias. A interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. A Companhia não possui nenhuma transação sujeita a uma incerteza tributária que exija o reconhecimento ou a pretensão, uma vez que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e nos precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. **o) Novas normas e interpretações** A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas atuais e interpretações deverão ter sido aplicadas nas demonstrações financeiras futuras:

a) Definição de um negócio (alteração): CPC 06 - Definição de materialidade e relevância (CPC 26 e CPC 23).

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem à utilizadas por ela na sua gestão. Em 16 de maio de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários aprovou a Resolução CVM nº 180, alterando a forma de apresentação das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em contrário. **Método de avaliação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo. **Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas políticas contábeis e práticas contábeis adotadas pela Administração. A Administração faz julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros. A Administração também fez julgamentos e escolheu métodos para avaliar a validade e a confiabilidade das fontes de dados, as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

81 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)

86 Impostos diferidos

91 Amortização dos ativos intangíveis

93 Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários

94 Provisão de manutenção

95 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação apurada para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas contábeis, dada sua natureza passível de alteração por referência aos procedimentos de arquivamento e aquelas das demonstrações financeiras.

A. Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo custo menos prováveis perdas decorrentes de crédito é determinado com base em avaliações de mercado das demonstrações financeiras.

B. Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro de transações é baseado no preço de mercado observado no momento da aquisição ou do cancelamento. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos estruturais de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento do risco de capital. Divulgações adicionais sobre o gerenciamento de risco financeiro e de liquidez estão disponíveis no **Relatório de Riscos** da Companhia.

a) Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus clientes e contrapartidas. A Companhia utiliza procedimentos de análise de crédito para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às operações de crédito, a Companhia utiliza o serviço de rating das agências de rating.

b) Risco de taxas de juros e inflação: Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia utiliza derivativos de risco de capital. Divulgações adicionais sobre o gerenciamento de risco financeiro e de liquidez estão disponíveis no **Relatório de Riscos** da Companhia.

c) Risco de liquidez: Decorre da possibilidade de a Companhia não conseguir obter recursos suficientes de capital e (eventualmente de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez, a Companhia otimiza o custo médio ponderado do capital, seleciona moderadores permanentemente no nível de capital de terceiros, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial dos indivíduos e das empresas devedores. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional e a liquidez necessária para suportar suas operações. A Companhia não possui obrigações de longo prazo com vencimentos próximos nem obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data de contratação de venda, em milhões de reais, sob o ponto de vista do risco de descalço de caixa e de liquidez.

	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos	1.000,0	1.000,0	1.000,0	1.000,0

	2019	2018	2017	2016	2015
Debitantes (a)	64.554	74.231	82.250	106.809	610.104
Fornecedores e outras contas a pagar	4.130	21	-	-	-
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	-	784.346
Contas a pagar - partes relacionadas	324	-	-	-	-
(a) Valores brutos dos custos de transação.	-	-	-	-	-
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	2019	2018			
Caixas e bancos	1.061	1.433			
Aplicações financeiras	-	-			
Fundos de investimentos	2.363	9.300			
Total - Caixa e equivalentes de caixa	3.424	10.733			

	2019	2018
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	95.432	50.390
Total - Circulante	95.432	50.390

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 96,13% do CDI, equivalente a 5,71% ao ano (98,47% do CDI, equivalente a 6,24% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

7. Contas a receber:		
Circulante	2019	2018
Receitas acessórias (a)	63	14
Pedágio eletrônico (b)	5.413	5.099
	5.476	5.113
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(3)	(5)
	5.473	5.108

Idade de Vencimentos dos Títulos	2019	2018
Créditos a vencer	5.470	5.106
Créditos vencidos até 60 dias	3	2
Créditos vencidos há mais de 180 dias	3	5
	5.476	5.113

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão.

8. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é de: mostrada a seguir:

Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	2.092	10.516
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas inadmissíveis	(82)	(51)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	115	(167)
Outros ajustes tributários	2	(1)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	2	10.297
Alíquota efetiva de impostos	35%	33%

	Reconhecido 2018 no resultado	2019		Passivo fiscal diferido
		Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	

IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	123,13	3,68	126,74	126,74
Provisão para participação nos resultados (PLR)	573	150	415	415
Provisão para perda esperada - contas a receber	2	(1)	1	
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	23	23	23	23
Provisão de manutenção	1	937	210	210
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(46,94)	(2,262)	49,70	57,89 (54,996)
Provisão para Fornecedores	11	(117)	125	125
Outros	118	117	125	125
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	78,077	2124	80,201	135,197 (54,996)
Compensação de imposto				(54,996)
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	78,077	2124	80,201	80,201
			2018	Passivo

	2017	Reconhecido no resultado	Valor Ativo Fiscal diferido	fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	107.483	15.649	123.132	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	614	(41)	573	-
Provisão para perda esperada com o recebimento de valores em disputa	3	-	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	33	(10)	23	-
Provisão de manutenção	298	869	1.167	-
Diferença temporária - Lei 12.973/14 (b)	(40.649)	(6.246)	10.955	(57.901)
Provisão para Fornecedores	-	117	117	-
Outros	-	-	8	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	67.780	10.297	135.977	(57.901)
Compensação de imposto	-	-	(57.901)	57.901
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	67.780	10.297	78.077	-

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2020	2019
2021	2.668
2022	5.230
2023	1.122
de 2024 em diante	110.298
	<u>120.740</u>

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados. A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de ativos e passivos.

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

continua


PÁGINA CERTIFICADA
 O Jornal DIÁRIO COMERCIAL
 Garante a autenticidade deste documento
 quando visualizado diretamente no portal
www.diariocomercial.com.br



0lo: 03/07/2020
8 e demais constantes do termo de

6EF3F840D8F55B35

servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo. Pag. 1

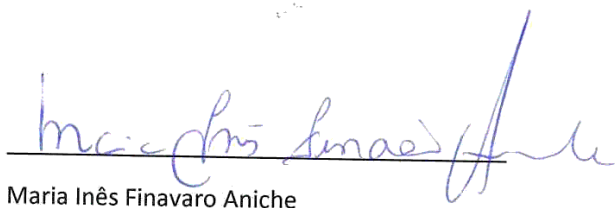
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Maria Inês Finavaro Aniche, com inscrição ativa no OAB/SP sob o nº 86.665, expedida em 14/05/2009, inscrito no CPF nº 994.143178-72, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original:

Documentos apresentados:

- 1 – RG EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
- 3 – CNH JOSIANE CARVALHO DE ALMEIDA
- 3 - RG ÉRIKA NATSUMI MATSUMOTO
- 4 – CNH FREDERICO GUILHERME LORENTZ OLIVEIRA
- 5 – CNH **JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA**
- 6 – CNH GUILHERME MOTTA GOMES
- 7 – RG MARCIO YASSUHIRO IHA
- 8 – RG NILTON SANCHES TETTI
- 9 – CNH ANDERSON LOPES BRASIL
- 10 – CNH LEANDRO FERREIRA GONÇALVES
- 11 – CNH LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA COUTINHO
- 12 – PÁGINAS DIÁRIO COMERCIAL (13 A 16) DO BALANÇO
- 13 – Declaração (1 página)
- 14 – OAB (1 página)

São Paulo, 27 de julho de 2020


Maria Inês Finavaro Aniche



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA CONCESSIONARIA VIARIO S A, NIRE 33.3.0030232-8, PROTOCOLO 00-2020/113441-1, ARQUIVADO EM 28/07/2020, SOB O NÚMERO (S) 00003903628, FOI ASSINADO DIGITALMENTE COM CERTIFICADO A3 PADRÃO ICP-BRASIL POR:

CPF/CNPJ	Nome
☒ 994.143.178-72	MARIA INÊS FINAVARO ANICHE

28 de julho de 2020.



Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

1/1